

Relatório de Estágio Pós-Doutoral

"SIFILIS NÃO": INTERNACIONALIZAÇÃO, GOVERNANÇA E TRANSDISCIPLINARIDADE

Pós- Doutoranda:

Profa. Dra. Karilany Dantas Coutinho

Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde

Departamento de Engenharia Biomédica

Centro de Tecnologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8409211766785367>

Supervisores:

Professora Dra. Sara Marisa de Graça Dias do Carmo Trindade

Universidade de Coimbra

CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Professor Dr. José António Moreira

Universidade de Coimbra

CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Abril, 2022

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	6
2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
3. COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	7
3.1. AÇÕES DE GOVERNANÇA E DE ACOMPANHAMENTO DAS COOPERAÇÕES TÉCNICA INTERNACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO "SÍFILIS NÃO"	14
4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS	17
5. RESULTADOS EM ANDAMENTO	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

A sífilis trata-se de uma infecção sexualmente transmissível (IST), curável e de caráter sistêmico [1]. Entre os anos de 2010 até 2018, de acordo com os dados do Boletim Epidemiológico de Sífilis 2020 [1-5], o Brasil registrou um aumento significativo de casos registrados em todas as regiões do país.

Embora o controle da sífilis esteja ao alcance de vários países, inclusive o Brasil, a sua eliminação depende da disposição e da vontade de diversos setores: da política dos gestores locais; da colaboração dos profissionais da saúde e da sociedade, em prol de um movimento pela qualidade da atenção às gestantes e suas parcerias sexuais durante o pré-natal; de uma mobilização nacional para a ampliação do acesso ao diagnóstico e ao tratamento; e de interação efetiva com outros setores de governo, obviamente, interagindo com a comunidade.

Para que se tente reverter o cenário atual da sífilis no Brasil é importante o desenhar estratégias que vão além da descentralização organizacional do sistema. Para tanto, aposta-se na articulação e aprofundamento da resposta à sífilis nas redes de atenção, pressupondo também a participação direta das organizações de base comunitária no território, articulada aos serviços de saúde. Avançar nessa direção é necessário que as ações desenvolvidas pelas organizações de base comunitária estejam integradas às referidas redes. Em geral, as ações desenvolvidas por essas Organizações são dirigidas a populações vulneráveis (*gays* e homens que fazem sexo com homens, transexuais e trabalhadoras do sexo).

Na definição das redes de atenção, essas ações se constituem em diferentes espaços de produção de cuidado. Nessa proposta interfederativa, tais espaços serão utilizados para implementação das linhas de cuidado de sífilis (em gestante e parcerias, crianças expostas e sífilis adquiridas), também com intervenção em populações-chave, uma vez que os últimos

estudos de prevalência nacional também indicaram aumento substantivo dos casos de sífilis nas populações consideradas chave para a epidemia de IST, HIV/aids e hepatites virais.

É fundamental, portanto, estabelecer meios para fortalecer uma resposta rápida para o controle da sífilis nas redes de atenção em saúde, que seja também mediada por ferramentas tecnológicas tanto para utilização de gestores e de profissionais de saúde, como pela população geral e populações chave (ou de maior vulnerabilidade). Tais ferramentas terão como papel fundamental repercutir informações e maximizar a eficiência da resposta nacional frente aos casos de sífilis.

Diante dessa perspectiva, em setembro de 2017, após um trabalho extenso de auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil emitiu um relatório operacional (Acórdão nº 2019/2017-PL) do TCU/Brasil, sobre a atuação do governo federal brasileiro no controle da incidência da sífilis no país. Como conclusão desse relatório, a auditoria constatou ações insuficientes, por parte do Ministério da Saúde (MS) do Brasil (MS). O TCU/Brasil apontou que é o Ministério da Saúde do Brasil o coordenador da política de investigação sobre as desigualdades no desempenho dos serviços necessários ao controle da sífilis na diversidade de municípios brasileiros, também foi verificada baixa efetividade das medidas adotadas pelo MS/Brasil para prevenção primária da transmissão sexual da sífilis na população [4].

Diante da problemática apresentada e com o objetivo de desenvolver uma política nacional de resposta à Sífilis no Brasil, o Ministério da Saúde declarou em 2016 epidemia de sífilis no país. Neste contexto, o Brasil elaborou um projeto nacional e interfederativo de resposta e enfrentamento à sífilis em 2017. No ano de 2018, foi iniciado em todo território nacional o Projeto “Sífilis Não” como ferramenta de indução da política pública de saúde para a resposta à epidemia de sífilis [1-4].

O projeto “Sífilis Não” foi implementado por meio dos Termos de Execução Descentralizada (TED 54/2017 e TED 111/2017) entre o Ministério da Saúde do Brasil e a

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ele é coordenado pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da UFRN, por meio de um Plano de Trabalho, em cooperação com outras universidades do Brasil, o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Pan-americana de Saúde [2-4].

O Projeto "Sífilis Não" atua especialmente em três dos 17 objetivos da Agenda 2030, são estes: 3, 4 e 17. A proposta do LAIS é que tais ações contribuam com produtos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para aplicação direta na indução nacional da resposta à sífilis, assim como no intercâmbio de experiências que sejam relevantes para a inovação em saúde no âmbito do SUS e contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela agenda 2030.

O projeto "Sífilis Não" apresenta quatro grandes eixos, dimensões e metas, que se articulam de forma transdisciplinar em todo território brasileiro. Uma das dimensões importantes deste projeto é a Internacionalização. A Internacionalização, por meio das cooperações internacionais, tema que induziu este estágio pós-doutoral, é uma área que transpassa todos os eixos do projeto "Sífilis Não" e está incluído como uma das dimensões mais importantes do projeto.

As ações de cooperação internacional do projeto "Sífilis Não" se mostram como um ponto estratégico e valioso para o alcance das metas, e pelo fato de ser responsável pelo fortalecimento e pela criação de redes internacionais de pesquisa [8]. Além disso, a dimensão mostra-se como um excelente indutor de resultados provenientes dessas cooperações técnicas-científicas. Nesse sentido, é necessário um planejamento e uma organização sistemática dessas informações e ações, a fim de que seja possível realizar todas as atividades de forma mútua e com a participação todos os atores da cooperação. A governança, o acompanhamento, o

monitoramento e a avaliação do desempenho dessas ações são pontos extrema importância e precisam está totalmente alinhado com os objetivos esperados no projeto.

2. OBJETIVO

Estudar e pesquisar os processos de governança do projeto "Sífilis Não" no âmbito das cooperações técnico-científicas internacionais realizadas no projeto.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver estudos e pesquisas na área das cooperações técnico-científicas internacionais no âmbito do projeto “Sífilis Não”;
- b) Auxiliar na estruturação dos processos de acompanhamento e monitoramento das ações de cooperações técnico-científicas internacionais no projeto “Sífilis Não”, sob o aspecto da transdisciplinaridade;
- c) Organizar eventos científicos que possibilite integrar e compartilhar os conhecimentos produzidos no âmbito das pesquisas desenvolvidas por meio das atividades de cooperação internacional;
- d) Organizar a publicação de um livro, com o tema relacionado às cooperações técnico-científicas internacionais realizadas no Projeto "Sífilis Não";
- e) Produzir e submeter artigo para publicação em periódicos relacionado com o tema das cooperações técnico-científicas internacionais;
- f) Elaborar relatório final do estágio pós-doutoral.

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

O conceito de cooperação técnica teve sua origem no final da Segunda Guerra Mundial com o Plano Marshall. O Plano foi um projeto elaborado pelo Estados Unidos da América e consistia em uma política de estabilização dos países da parte Ocidental da Europa, devastados pela segunda grande guerra. No entanto, o que hoje entendemos por cooperação técnica internacional a princípio era chamada assistência técnica [9]. O termo "Assistência Técnica", até então utilizado, surgiu formalmente no ano de 1948, por meio da Resolução 200 da Assembléia Geral das Nações Unidas. Contudo, a Assembléia Geral da ONU, deliberou em 1959 substituir formalmente o termo "Assistência Técnica" por "Cooperação Técnica", julgando ser o termo mais adequado, tendo em vista que a percepção do termo assistência traz consigo a natureza da unilateralidade e verticalidade, ao passo que o conceito de cooperação possui em seu arcabouço a essência da bilateralidade (ou multilateralidade) e de horizontalidade das relações, ou seja, representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes [10] [11] [12].

Por muitas décadas, a cooperação se manifestava na transferência vertical de tecnologias dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento [13]. As ações eram voltadas principalmente para preencher a lacuna de industrialização dos países em desenvolvimento, pois presumia-se que esses países não tinham o conhecimento técnico e recursos financeiros suficientes para fazer isso sem a cooperação dos países desenvolvidos. Todavia, era imposto aos países receptores da ajuda, comprar os bens e serviços dos países doadores, estabelecendo desse modo uma condição de absoluta dependência. Essa cooperação ficou conhecida como Cooperação Norte-Sul [14].

A insatisfação com essa conjuntura somada aos movimentos de descolonização na Ásia e na África repercutiram no cenário bipolar instaurado pela Guerra Fria. Nas três décadas que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, aproximadamente cem novos países independentes integraram a Organização das Nações Unidas (ONU), confirmando assim a mundialização do sistema internacional. Essa nova organização, abriu espaço para que os países do Terceiro Mundo ou países do “Sul Global”, que não mais toleravam submeter-se ao domínio das superpotências nucleares, reclamassem influência na Organização das Nações Unidas [15].

A primeira grande manifestação do Terceiro Mundo foi a Conferência Afro-Asiática de Bandung, no ano de 1955, onde participaram 24 países da Ásia e África. A carta de Bandung estabelece dez princípios que destacavam principalmente a igualdade entre as nações, o respeito à soberania e a autodeterminação dos Estados, à necessidade de solucionar pacificamente as contendas e à negação da participação nas estratégias de defesa coletiva impostas pelas superpotências. A Conferência de Bandung culminou ainda no Movimento dos Não-Alinhados, que tinha como propósito, fomentar a atuação desses países na política internacional [16] [17].

A ONU foi um espaço propulsor das relações multilaterais e propiciou um espaço para que os países menos desenvolvidos manifestassem seus dilemas e pressionassem, de certa forma, os países desenvolvidos a colocar em pauta essas questões. Os princípios que nortearam a institucionalização da ONU em 1945, ficam claros no artigo 1 da Carta das Nações Unidas, onde são explicitados os propósitos das Nações Unidas:

[...] 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e

reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns [...] (ONU, 1945, p. 1-4).

Por volta da década de 1960, o Movimento dos Não-Alinhados transitou para um patamar de discussões econômicas, trazendo influências da agenda econômica desenvolvida pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) na década de 1950, que incluiu na agenda do Sul a participação dos países latino-americanos.

Nesse cenário, surge em 1964 a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o G-77, onde os países em desenvolvimento se aliaram com a intenção de articular os interesses econômicos coletivos e dessa maneira expressaram sua influência no âmbito da ONU [20] [21]. A partir de 1967, percebe-se que a agenda de

desenvolvimento econômico ganha-se robustez. Esse importante período sinaliza o começo dos primeiros diálogos na ONU para operacionalizar as relações sul-sul, fortalecendo, assim, a concepção da cooperação técnica entre países em desenvolvimento [17].

Na década seguinte, observou-se que a vasta experiência acumulada por diversos países poderia contribuir de maneira muito importante para sanar adversidades em comum enfrentadas por outros países. Foi nessa perspectiva que as Nações Unidas desenvolveram o conceito de cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), também conhecida como cooperação horizontal, ou cooperação Sul-Sul [12]. Um setor especial para CTPD foi criado na esfera do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estimulando debates e estudos sobre esse modelo de cooperação. Esse cenário culminou na identificação e sistematização das formas, modalidades e possibilidades de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, que aconteceu em 1974, Buenos Aires. O documento final dessa conferência ficou conhecido como Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) [18].

No ano de 1992, o Conselho Econômico e Social da ONU recomendou a prática de atividades triangulares de Cooperação Técnica Multilateral para a implantação de projetos e programas de desenvolvimento [19].

Em 2000, por sua vez, foi um marco importante na história das relações entre Estados. A pauta principal discutida nesse período foi sobre o papel da tecnologia da informação no avanço das cooperações internacionais. Nessa época, a tecnologia já caminhava a passos largos e esses anos foram conhecidos como a "década das conferências". Durante esse período, o sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento incorporou novos temas de cooperação e esse avanço tecnológico passou a ser considerado de extrema importância para a

inserção e desenvolvimento econômico dos países que estavam situados no chamado "fosso digital" [20]. Nesse mesmo ano, 191 países, denominados "Cúpula do Milênio", se reuniram na sede da ONU, em Nova Iorque, para estabelecerem as metas do milênio. Essas metas ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e foi um marco muito significativo para o desenvolvimento da cooperação internacional [21].

Com os ODM alicerçados sob a perspectiva de desenvolvimento humano e implementada como uma estratégia de minimizar o impacto das crises econômicas, climáticas e alimentares, vivida pela sociedade como um todo, observou-se nesse período o empenho dos países em desenvolvimento em incrementar suas políticas públicas.

Com o objetivo que os ODM fossem atingidos, muitos desses países contaram com as ações de cooperação internacional. O Brasil, por exemplo, ganhou destaque na agenda política, programas de combate à fome e à pobreza, políticas de saúde, saneamento, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente [22] [23]. Essa conjuntura pode ser confirmada ao verificar o aumento exponencial de documentos bilaterais assinados a partir de 2001, constatando a ampliação das parcerias entre o governo federal e as agências do sistema da ONU voltadas para o desenvolvimento da cooperação técnica.

A cooperação técnica internacional é então reconhecida como estratégia indispensável da política externa dos países. Em consenso, os estados defendem a cooperação internacional como um direito universal e um dever, no que tange a permuta de conhecimento e de técnicas, em favor do progresso e da qualidade das nações.

Embora os ODM não tenham sido alcançados em sua plenitude, principalmente nos países mais pobres, os macro-objetivos buscaram soluções para problemas prioritários na agenda de desenvolvimento dos países.

Em dezembro de 2015 foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A agenda 2030 abrange 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030. Quando comparados aos ODM, os ODS são mais amplos e inclusivos, contemplando as dimensões econômica, social e ambiental [24].

Além disso, os ODS têm como princípio norteador, a equidade na busca de atingimento dos princípios e a preocupação para que ninguém seja deixado para trás. No entanto, a agenda não se limita a propor os objetivos, mas vai além, tratando de igual forma os meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas, como por exemplo o envolvimento de questões voltadas para a capacitação técnica, financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia e comércio internacional [24].

Desde a aprovação da agenda 2030, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 70), se sucederam diversas iniciativas globais positivas, que vêm sendo tomadas nas mais diversas áreas. Um exemplo delas foi a publicação em maio de 2016, pelo Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), de um informe contendo 61 boas práticas para a cooperação Sul-Sul e triangular que tem como objetivo fomentar e intensificar o desenvolvimento humano sustentável [17].

Em março de 2019, na cidade de Buenos Aires, Argentina, realizou-se PABA +40, evento onde celebrou-se 40 anos desde que os países do sul global se reuniram e fecharam um histórico acordo de cooperação técnica. Poucos dias antes desse importante evento, foi lançada uma plataforma chamada *South-South Galaxy*, que visa o compartilhamento de conhecimento e parcerias entre os países em desenvolvimento. O projeto visa fornecer auxílio sistemático e eficaz a países do Sul Global para que consigam se interligar, aprender e colaborar com

parceiros, colocando em único espaço digital todas as grandes experiências da Cooperação Sul-Sul.

A cooperação internacional, no último século, foi um caminho promissor para que o mundo fizesse enormes avanços na superação de obstáculos no campo de saúde. Uma influência relevante foi a atuação do Brasil na resposta à epidemia mundial de HIV/Aids, constatado com a progressiva participação nos debates internacionais e seu destaque como formador de opinião pública global [25].

O Brasil por sua vez, alicerçado pela Constituição Federal de 1988, que institui a saúde como um "direito de todos e dever do Estado", desde o início da epidemia do HIV/Aids, na década de 80, tem adotado políticas de prevenção no âmbito do seu Sistema Único de Saúde (SUS), essas políticas vão desde a distribuição de preservativos até ações específicas para populações expostas a maiores riscos [26].

Essas ações levaram o Brasil a se destacar com êxito e ser um modelo para todo o mundo, haja vista que foi o primeiro país em desenvolvimento a executar um programa de distribuição de medicamentos antirretrovirais. A universalidade do acesso e a garantia do direito gratuito aos medicamentos a todos os soropositivos do país e todo o sucesso alcançado com as políticas de combate ao HIV/Aids, garantiu sua visibilidade na arena internacional e colocou o acesso universal aos medicamentos antirretrovirais como tema da política externa.

Um dos marcos da atuação do Brasil com a Cooperação Técnica nessa área foi o acordo estabelecido com Moçambique, que permitiu a implantação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais naquele país [27]. Neste tipo de cooperação, um conceito importante foi definido, tratava-se do termo "cooperação estruturante de saúde". O conceito está relacionado a construção de capacidades e não a transferência vertical de tecnologias [28]. Esse termo começou a ser utilizado em 2009, quando a cooperação se centrou no desenvolvimento

autônomo dos países parceiros, de modo que eles construíssem capacidades e após o período das ações cooperativas, esses atores estariam aptos a desenvolver seus sistemas de saúde de forma independente [29].

3.1. AÇÕES DE GOVERNANÇA E DE ACOMPANHAMENTO DAS COOPERAÇÕES TÉCNICA INTERNACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO "SÍFILIS NÃO"

As cooperações técnicas realizadas no projeto “Sífilis Não” foram articuladas e integradas entre os diversos grupos de pesquisas: Brasil, Portugal, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá e Tanzânia. Essas cooperações foram firmadas através de planos de trabalho e/ou parcerias para o desenvolvimento de produto e/ou projetos nos quais proporcionaram, de forma transdisciplinar, o fortalecimento de uma rede pesquisa de extrema importância para o desenvolvimento de estudos avançados a área e de interesse mútuo para a saúde global.

Ações das cooperações realizadas no projeto “Sífilis Não” estão totalmente alinhadas a agenda 2030 para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco principalmente nos objetivos 3 (Saúde e Bem-estar), 4 (Educação de qualidade) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Diversas pesquisas importantes, fruto das cooperações técnicas, foram desenvolvidas nas ações do Projeto “Sífilis Não”, dentre eles: sistemas, softwares, capítulos de livro, organização de livros, artigos científicos, registros de software, patentes, conforme pode ser verificado em [3], [4], [6], [8] e [31-35]. Destaca-se as publicações Valentim *et al.* (2022) [6] e Oliveira *et al.* (2021) [34], realizadas de forma conjunta com os professores Dra. Sara Marisa de Graça Dias do Carmo Trindade e/ou Dr. José António Moreira, ambos do CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra em Portugal,

supervisores deste estágio pós-doutoral, no qual se insere como um dos resultados das ações de cooperação internacional induzidas pelo Projeto "Sífilis Não".

O acompanhamento e o controle dessas ações Cooperações Técnica Internacional são de fundamental importância para se obter os resultados e atingir as metas estabelecidas entre as partes no projeto. Para se acompanhar e controlar as ações de cooperação, pesquisadores do Projeto desenvolveram um *framework* apresentando 6 dimensões (Sustentabilidade, Resultado, *Stakeholders*, Processos, Aprendizado e Recursos) e 23 indicadores, com o objetivo de medir o desempenho cooperações técnicas internacionais voltadas para o enfrentamento de agravos de saúde pública [8].

De acordo com Freitas *et al.* (2021) [8], os indicadores foram obtidos na literatura, em documentos oficiais de governo, conteúdos disponíveis em meios eletrônicos, manuais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), relatórios técnicos da Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), documentos provenientes da governança do Projeto "Sífilis Não!" tais como acordos e planos de trabalho firmados entre a UFRN e instituições internacionais de ensino e pesquisa e na opinião dos entrevistados envolvidos nas cooperações, são eles:

- a. Sustentabilidade: Profissionais capacitados em cursos de pós-graduação e estágio pós-doutoral, Número de prêmios e Número de Acordos de Cooperação firmados ou renovados no âmbito do projeto;
- b. Resultado: Publicação de livros com a colaboração de instituições internacionais, Dissertações de mestrado, teses de doutorado e estágios de pós-doutorado, Número de Recursos Educacionais Abertos (REA) produzidos, Publicação de trabalhos científicos, Citações dos artigos científicos; Pesquisadores em mobilidade acadêmica, Número de cartas patentes depositadas, Número registros de softwares e Bancas de Trabalho de Conclusão

de Curso (TCC) com participação de pesquisadores de instituições do Acordo de Cooperação Internacional;

- c. *Stakeholders*: Instituições nacionais e internacionais envolvidas na operacionalização das metas e Número de cursos de graduação e pós-graduação envolvidos;
- d. Processos: Número de missões técnicas realizadas, Ações de extensão e eventos científicos realizados, Planos de trabalho viabilizados através dos Acordos de Cooperação e Participantes nas modalidades virtual e presencial e Número de ações de pesquisa multilaterais;
- e. Aprendizado: Número de procedimentos de trabalho estabelecidos para operacionalização das cooperações internacionais e Número de pessoas envolvidos diretamente na operacionalização das ações; e
- f. Recurso: Valor do investimento por Acordo de Cooperação Internacional e Valor per capita investido por Acordo de Cooperação Internacional firmado pelo projeto.

4. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS

Atividades	Período/comprovações
Revisar o plano de trabalho do estágio pós-doutoral e apresentar aos supervisores.	O plano de trabalho foi revisado entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020 durante a missão de cooperação técnica.
Planejar e organizar um Seminário de Pesquisa (Integração e Articulação): Brasil, Portugal e Espanha.	Evento planejado e organizado em janeiro de 2020: Seminário Internacional “Sífilis Não” reúne pesquisadores e alinha parcerias https://lais.huol.ufrn.br/seminario-internacional-sifilis-nao-reune-pesquisadores-e-alinha-parcerias/
Organizar um livro no eixo do objeto de estudo: Brasil, Portugal, França, Espanha e Canadá.	Em execução com previsão de publicação em 2022.
Elaborar e submeter artigos científicos e capítulos de livro no eixo do objeto de estudo.	<p>Artigos Publicados</p> <p>[Artigos originais publicados em periódico]</p> <p>[1] Valentim, RAM; Oliveira, A. C.; Dias, A. P.; Oliveira, E. S. G.; Valentim, J. L. R. S.; Moreira, J. A. M.; Coutinho, K. D.; Trindade, S. M. G. D. C.; Bonfim, M. A. A. Educommunication as a strategy to face Syphilis: an analysis of the open educational resources available at AVASUS. <i>Jornal Brasileiro De Doenças Sexualmente Transmissíveis</i>, v. 33, p. 1-5, 2021. https://bjstd.org/revista/article/view/729.</p> <p>[Capítulos de livros publicados]</p> <p>Oliveira, E. S. G.; Valentim, RAM; Trindade, S. D.; Coutinho, K. D.; Dias, A. P.; Valentim, J. L. R. S.; Sidrim, M. L.; Silva, R. D. A Sífilis no Sistema Prisional Brasileiro, Desafio para a Saúde: Uma Análise Baseada em Dados. In: Inaldo Kley do Nascimento Moraes; Patrícia Gonçalves de Freitas. (Org.). <i>Pesquisas Aplicadas no Panorama das Ciências da Saúde no Brasil</i>. 1 ed. Rio de Janeiro: ePublicar, 2021, v. 1, p. 1-474.</p>

<p>Organizar um simpósio internacional de pesquisa (integração e articulação): Brasil, França, Portugal, Espanha e Canadá.</p>	<p>Organizado e realizado em 2022:</p> <p>Painel apresenta soluções para socializar pessoas com restrição de liberdade</p> <p>https://lais.huol.ufrn.br/painel-apresenta-solucoes-para-socializar-pessoas-com-restricao-de-liberdade/</p> <p>Experiências do projeto “Sífilis Não” são apresentadas em painel da 3ª CIIS</p> <p>https://lais.huol.ufrn.br/experiencias-do-projeto-sifilis-nao-sao-apresentadas-em-painel-da-3a-ciis/</p> <p>Natal sediará Conferência Internacional de Inovação em Saúde</p> <p>https://lais.huol.ufrn.br/natal-sediara-conferencia-internacional-de-inovacao-em-saude/</p>
<p>Elaborar relatório de estágio pós-doutoral.</p>	<p>Realizado em abril de 2022.</p>

5. RESULTADOS EM ANDAMENTO

Apresenta-se em andamento alguns outros produtos tais como: artigo científico a ser submetido para periódico internacional, capítulo de livro no tema internacionalização no âmbito do Projeto "Sífilis". Esses produtos a serem submetidos ainda no ano de 2022, são provenientes da cooperação técnica e científica com os pesquisadores Dra. Sara Marisa de Graça Dias do Carmo Trindade e Dr. José António Moreira, ambos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra em Portugal.

Outro produto programado e já em desenvolvimento é um sistema gestão para o monitoramento e o acompanhamento, contemplando os indicadores de gestão oriundos das cooperações internacionais, no qual irá apresentar todos os resultados relevantes realizados nas

cooperações. Desta forma, a entrega deste relatório final, não finaliza as atividades de pesquisa ainda em andamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto "Sífilis Não" é um projeto transdisciplinar entre vários eixos, dimensões e metas que perpassam de forma articulada entre as áreas. Uma das dimensões importante é a Internacionalização, no qual por meio de cooperações técnicas internacionais apresenta-se como ponto estratégico e valioso e para o fortalecimento e desenvolvimento das ações do projeto.

As cooperações internacionais desenvolvidas no projeto, por meio do LAIS e seus Parceiros, criaram uma rede internacional de pesquisa e de desenvolvimento relevantes para a indução da política pública do Brasil, no que diz respeito a epidemia da Sífilis.

A produção deste estágio pós-doutoral também faz parte das metas do projeto "Sífilis Não" e também se apresenta como um dos resultados das ações de cooperação internacional induzidas pelo Projeto "Sífilis Não". A execução dele trouxe vários aprendizados e experiências importantes tanto profissionalmente, no sentido de aplicar e enriquecer os conhecimentos na área em estudo, quanto para o crescimento pessoal. A experiência com os professores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), as diversas missões de cooperação internacionais e os eventos organizados durante o período do estágio possibilitaram a criação e o fortalecimento de uma rede de pesquisa, importante e estratégica, no qual se foi possível desenvolver diversos produtos.

Um dos desafios, acredito que de forma geral, foi a pandemia da covid-19, na qual foi decretada período após a finalização da primeira missão do estágio pós-doutoral. Fato este que

criou diversas limitações, sobretudo, para a realização de futuras outras missões. Porém, todos tivemos que aprender e se adaptar, de forma resiliente, realizar os ajustes necessários a fim de que se pudesse continuar nossa vida e, em relação ao propósito deste trabalho, não impactar o projeto e as demandas do estágio pós-doutoral.

As atividades propostas foram cumpridas durante a pandemia, não apresentando impactos no cumprimento das metas do projeto e dos objetivos pretendidos no estágio pós-doutoral. Tal fato serviu como experiência e contribuiu, inclusive, para o enfrentamento da pandemia no Brasil, pois foram produzidos diversos produtos, tais como: recursos educacionais abertos, sistemas, artigos científicos, capítulos de livro, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- [1] Valentim RAM, Caldeira-Silva GJP, Silva RD, et al. Stochastic Petri net model describing the relationship between reported maternal and congenital syphilis cases in Brazil. *BMC Med Inform Decis Mak* (2022) 22, 40. <https://doi.org/10.1186/s12911-022-01773-1>
- [2] Andrade IGM, Valentim RAM, Oliveira CAP. The influence of the no Syphilis Project on congenital syphilis admissions between 2018 and 2019. *Brazilian Journal of Sexually Transmitted Diseases* [Internet] (2020) Dec. 1 [cited 2022 Mar. 6];32(1). Available from: <https://www.bjstd.org/revista/article/view/892>
- [3] Pinto R, Valentim R, Fernandes da Silva L, et al. Use of Interrupted Time Series Analysis in Understanding the Course of the Congenital Syphilis Epidemic in Brazil. *The Lancet Regional Health – Americas* (2021). DOI: 10.1016/j.lana.2021.100163.
- [4] Pinto RM, Valentim RAM, Silva LF, Lima TGFMS, Kumar V, Oliveira CAP, Gusmão CMG, Paiva JC, Andrade I. Analyzing the reach of public health campaigns based on multidimensional aspects: the case of the syphilis epidemic in Brazil, 21, *BMC Public Health* (2021), pp. 1-3, 10.1186/s12889-021-11588-w
- [5] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Sífilis 2020 N20 (2020). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-sifilis-2020> . Acesso em 10 de junho de 2021.
- [6] Valentim RAM, Oliveira AC, Dias AP, Oliveira ESG, Valentim JLRS, Moreira JAM, Coutinho KD, Trindade SMGDC, Bonfim MAA. Educommunication as a strategy to face syphilis: an analysis of the open educational resources available at AVASUS. *Brazilian Journal of Sexually Transmitted Diseases* [Internet] (2021) Apr. 15 [cited 2022 Mar. 6];33. Available from: <https://bjstd.org/revista/article/view/729>
- [7] Universidade Federal Do Rio Grande do Norte. Plano de Trabalho do Projeto de Pesquisa aplicada para integração inteligente orientada ao fortalecimento das redes de atenção para resposta rápida à sífilis. Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde [LAIS]. Secretaria de Educação a Distância [SEDIS]. Natal: UFRN. (2017). 65p.
- [8] Freitas, Isabele Magaldi Almeida de and Gonzalez, Mario Orestes Aguirre and Santos Lima, Thaisa and Valentim, Ricardo and Monteiro de Vasconcelos, Rafael and de Azevedo Tinoco, Jorge Enrique and Cunha-Oliveira, Aliete, **International Cooperation in Health: A Framework for Performance Evaluation**. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3941805> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3941805>
- [9] FÜHRER, Helmut. The story of official development assistance: a history of the development assistance committee and the development co-operation directorate in dates, names and figures. Organisation For Economic Co-operation and Development, Paris, v. 67, n. 94, p.1-69, jun. 1996.

- [10] BRASIL. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT)*. Brasília: Governo Federal, 2005. 48 p. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/366>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- [11] BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. *Histórico da Cooperação Técnica Brasileira*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/historico>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- [12] BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. *Conceito de Cooperação Técnica*. 2019. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>. Acesso em: 20 maio 2019.
- [13] MAZZAROPPI, Eduardo. *Evolução Histórico-conceitual da Cooperação Técnica Internacional Brasileira em Saúde*. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, [S.l.], v. 10, n. 3, sep. 2016. ISSN 1981-6278. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1087>. Acesso em: 26 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v10i3.1087>.
- [14] MILANI, Carlos R. S. *Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte- Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul*. *Caderno Crh*, [s.l.], v. 25, n. 65, p.211-231, ago. 2012. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792012000200003>.
- [15] MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- [16] WALLERSTEIN, Nina. *Powerlessness, Empowerment, and Health: Implications for Health Promotion Programs*. *American Journal of Health Promotion*, [s.l.], v. 6, n. 3, p.197-205, jan. 1992. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.4278/0890-1171-6.3.197>.
- [17] PEREIRA, Ana lúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. *O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL- SUL: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)*. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 1., 2015, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 1 - 20.
- [18] MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. *A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD*. *Economia e Sociedade*, [s.l.], v. 17, n. 1, p.53-84, abr. 2008. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182008000100003>.
- [19] BERNDT, Priscila Pimont. *A Cooperação Técnica Internacional como Instrumento da Política Externa Brasileira: O Brasil Como Doador Junto Aos Países Africanos*. 2009. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- [20] ALMEIDA, C. *Saúde, política externa e cooperação sul-sul em saúde: elementos para a reflexão sobre o caso do Brasil*. In *FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 233-327. ISBN 978-85-8110-015-9.

- [21] BUSS, Paulo Marchiori. Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 23, n. 6, p.1881-1890, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.05172018>
- [22] BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2014.
- [23] BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. 2. ed. Brasília: Ipea, 2010.
- [24] ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, [s.l.], v. 71, n. 1, p.33-39, jan. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.
- [25] LIMA, Thaísa Gois Farias de Moura Santos. *Cooperação internacional do Brasil em HIV/Aids: institucionalização e especificidades nos contextos nacional e internacional*. 2017. 320 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017.
- [26] BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Governo Federal, 2018. 546 p.
- [27] SACHY, Marta; ALMEIDA, Celia; PEPE, Vera Lúcia Edais. Assistência Farmacêutica em Moçambique: a ajuda externa na provisão pública de medicamentos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2277-2290, July 2018. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018000702277&lng=en&nrm=iso. acesso em 04 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.09332018>.
- [28] FERREIRA, José Roberto; FONSECA, Luiz Eduardo. Cooperação estruturante, a experiência da Fiocruz Structural Cooperation, the Fiocruz experience. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2129-2133, July 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002702129&lng=en&nrm=iso. access on 04 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017227.04412017>.
- [29] ALMEIDA, C., Campos RP, Buss P, Ferreira JR, Fonseca LE. A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em saúde. *RECHIS* 2010; 4(1):25-35.
- [30] Pinto, Rafael; Silva, Lyrene; Valentim, Ricardo; Kumar, Vivekanandan; Gusmão, Cristine; Oliveira, Carlos Alberto; Lacerda, Juciano. Systematic Review on Information Technology Approaches to Evaluate the Impact of Public Health Campaigns: Real Cases and Possible Directions. *Frontiers In Public Health*, v. 9, p. 1-12, 2022.
- [31] Rocha, M. A.; Marques Dos Santos, Marquiony; Fontes, R. S.; Melo, A. S. P.; Cunha-Oliveira, Aliete; Miranda, A. E. B.; Oliveira, C. A. P.; Oliveira, H. G.; Gusmao, C. M. G. ; Lima, T. G. F. M. S. ; Pinto, R. M.; Barros, D. M. S.; Valentim, R. A. M. . The Text Mining

Technique Applied to the Analysis of Health Interventions to Combat Congenital Syphilis in Brazil: The Case of the "Syphilis No!"- Project. *Frontiers In Public Health*, v. 10, p. 1-19, 2022.

[32] Philippi Sedir Grilo de Moraes, Rodrigo Dantas da Silva, José Arilton Pereira Filho, Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim, Karilany Dantas Coutinho, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Azim Roussanaly, and Anne Boyer. 2020. Strategies for content recommendation in the Brazilian rapid response to syphilis project. In *Proceedings of the 10th Euro-American Conference on Telematics and Information Systems (EATIS '20)*. Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, Article 56, 1–6. DOI:<https://doi.org/10.1145/3401895.3402089>

[33] Rodrigo Dantas da Silva, Jean Jar Pereira de Araújo, Álvaro Ferreira Pires de Paiva, Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim, Karilany Dantas Coutinho, Jailton Carlos de Paiva, Azim Roussanaly, and Anne Boyer. 2020. A big data architecture to a multiple purpose in healthcare surveillance: the Brazilian syphilis case. In *Proceedings of the 10th Euro-American Conference on Telematics and Information Systems (EATIS '20)*. Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, Article 58, 1–6. DOI:<https://doi.org/10.1145/3401895.3402092>.

[34] Oliveira, E. S. G.; Valentim, RAM; Trindade, S. D.; Coutinho, K. D.; Dias, A. P.; Valentim, J. L. R. S.; Sidrim, M. L.; Silva, R. D. A Sífilis no Sistema Prisional Brasileiro, Desafio para a Saúde: Uma Análise Baseada em Dados. In: Inaldo Kley do Nascimento Moraes; Patrícia Gonçalves de Freitas. (Org.). *Pesquisas Aplicadas no Panorama das Ciências da Saúde no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: ePublicar, 2021, v. 1, p. 1-474.

[35] Trindade, S. D.; Dias, A. P.; Valentim, R. A. M.; Dantas, J. F.; Moreira, J. A. A construção de metodologia inovadora de ensino com base em conceitos e técnicas do cinema: uma estratégia de formação humana para enfrentamento à sífilis. In: Sara Dias-Trindade; J. António Moreira; António Gomes Ferreira. (Org.). *Pedagogias Digitais no Ensino Superior*. 1ed. Coimbra: CINEP/IPC, 2020, v. 1, p. 185-204.

[36] Valentim, Janaína; Oliveira, Eloiza da S. G.; Valentim, Ricardo A. de M.; Dias-Trindade, Sara; Dias, Aline De Pinho; Cunha-Oliveira, Aliete; Barbalho, Ingridy; Fernandes, Felipe; Silva, Rodrigo Dantas da; Romão, Manoel Honorio; Teixeira, César; Henriques, Jorge. Data Report: Health care of Persons Deprived of Liberty- Course From Brazil's Unified Health System Virtual Learning Environment. *Frontiers In Medicine*, v. 8, p. 1-6, 2021.

[37] Chen, X.S., Challenges in responses to syphilis epidemic. *Lancet Infect Dis*, 2017. 17(8): p. 793-794.

[38] WHO, Report on global sexually transmitted infection surveillance 2015. 2016, WHO.

[39] BRASIL. Ministério da Saúde, B. PORTARIA Nº 33, DE 14 DE JULHO DE 2005. 2005; Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/prt0033_14_07_2005.html

[40] BRASIL. Ministério da Saúde, B. PORTARIA Nº - 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016. 2016; Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html

[41] BRASIL. Ministério da Saúde, B. Indicadores e dados básicos da Sífilis nos municípios brasileiros. 2018 07/16/2018]; Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>.

[42] BRASIL. Ministério da Saúde, Boletim Epidemiológico - Hanseníase, ed. M.d.S. Secretaria de Vigilância em saúde, Brasil. 2018, Brasília.

[43] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Agenda de Ações Estratégicas para redução da sífilis no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

[44] UFRN. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2010-2019 (PDI 2010-2019). Natal: UFRN, 2010.

[45] BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2019/2017-PL. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2017.

[46] ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em:<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/> – Acesso em 06 de março de 2019.

[47] TOYE, John. Assessing the G77: 50 years after unctad and 40 years after the nieo. Third World Quarterly, [s.l.], v. 35, n. 10, p.1759-1774, 26 Nov. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2014.971589>.

[48] The Group of 77. About the Group of 77. Disponível em: <http://www.g77.org/doc/index.html#aim>. Acesso em: 07 mar. 2019.

[49] Pan American Health Organization. Cooperation for Health Development in The Americas. 52nd Directing Council, 65th Session of The Regional Committee; Washington, D.C., USA, 30 September – 4 October 2013; Washington (DC), United States of America. Washington (DC): PAHO; 2013 (Policy Document CD52/11). <https://iris.paho.org/handle/10665.2/4404?locale-attribute=pt> (accessed Jun 22, 2020).

[50] Pan American Health Organization. National Institutions Associated with PAHO in Technical Cooperation. 50th Directing Council, 62nd Session of The Regional Committee; Washington, D.C., USA, 27 September - 1 October 2010; Washington (DC), United States of America. Washington (DC): PAHO; 2010 (Resolution CD50/R13). <https://iris.paho.org/handle/10665.2/415> (accessed Jul 01, 2020).

Brasil, Natal-RN, 21 de abril de 2022

Dra. Karilany Dantas Coutinho
Pós-doutoranda
(Assinado Eletronicamente)

Assinatura de Documento Digitalizado

Dados do Documento

Descrição:	Relatório de Estágio Pós-Doutoral - Karilany Coutinho
Criado por:	ANDRÉA SANTOS PINHEIRO DE MELO (***.346.734-**) em 21 de Abril de 2022 às 15:44
Nome do Arquivo Original:	20abril2022_Karilany Coutinho_SIFILIS NÃO_- INTERN, GOVERNANÇA E TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf
Md5 Checksum do Arquivo Original:	fb5f85eaa53938bf5ca4e7c14f7f5978



Documento assinado eletronicamente por **KARILANY DANTAS COUTINHO, CPF: ***.572.574-**, em 21 de Abril de 2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília.**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://docs.lais.ufrn.br/>, informando o código verificador **5681505F** e o código CRC **3D3E2E74**.